



**CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.959.459/0001-07



Na Cesce não vendemos apenas seguros de crédito. Também damos segurança à sua empresa.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada na forma da legislação societária brasileira e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer dos auditores atuariais independentes. **Mensagem da Administração:** A CESCEBRASIL busca consolidar-se como a principal referência no mercado de seguros de Garantias, Crédito Interno e Crédito à Exportação. Em um cenário de expressivo potencial de crescimento, especialmente no segmento de Seguro de Crédito, a Seguradora segue inovando, oferecendo produtos diferenciados que também são comercializados nos mercados europeu e latino-americano, os quais têm despertado crescente interesse por parte de empresas brasileiras e corretoras. Diante da instabilidade dos últimos anos, o seguro de crédito ganhou relevância, tornando-se uma ferramenta essencial na gestão e cobertura dos riscos de crédito, contribuindo para a mitigação de desequilíbrios resultantes da crise. O ano de 2024 registrou o maior volume de prêmios emitidos, atingindo R\$ 94 milhões, refletindo o desempenho operacional, mesmo frente a diversos desafios, como fenômenos adversos, instabilidades políticas em diversos países, processos de recuperação judicial de grandes empresas e a forte concorrência. A sinistralidade no ano foi impactada por eventos significativos no setor agropecuario, porém a CESCEBRASIL conseguiu manter seus índices de sinistralidade em níveis controlados, evidenciando sua robusta gestão de riscos. Em novembro de 2024, a CESCEBRASIL deu um importante passo em sua trajetória ao mudar para uma nova sede, projetada e reformulada para atender de forma mais eficiente às nossas crescentes necessidades operacionais. A nova infraestrutura reflete o compromisso da Seguradora com a modernização e o bem-estar de seus colaboradores. Além disso, a CESCEBRASIL segue mantendo suas atividades presenciais, reconhecendo a importância da interação direta entre os membros da equipe, mas sem abrir mão da flexibilidade proporcionada pelo modelo de home office parcial. As plataformas digitais continuam sendo utilizadas de maneira estratégica e eficiente, garantindo a continuidade dos processos e a integração da equipe, independentemente do local de trabalho. **Cenário Econômico e Operacional:** O ano de 2024 foi profundamente impactado por uma série de conflitos externos e eventos climáticos extremos, que geraram grandes desafios econômicos e sociais. No Brasil, as enchentes no Rio Grande do Sul causaram danos significativos, afetando tanto a população quanto a infraestrutura regional, o que agravou as dificuldades econômicas em várias áreas. Internacionalmente, a continuidade do conflito entre Ucrânia e Rússia manteve-se como um fator perturbador

para as cadeias produtivas globais, especialmente nas áreas de energia e alimentos, com impactos diretos nos preços e na logística internacional. Além disso, o conflito entre Israel e o Hamas aumentou ainda mais a tensão geopolítica mundial, afetando mercados e gerando incertezas em várias economias. Esses eventos adversos, em conjunto com o ambiente de alta inflação e juros elevados, contribuíram para um cenário de grande instabilidade econômica no Brasil. A taxa de juros Selic, por exemplo, encerrou 2024 em 12,25% ao ano, representando um esforço do Comitê de Política Monetária (Copom) para controlar a inflação, mas com sinais de que o ciclo de aumentos poderá continuar em 2025. Esse alto patamar de juros impactou diretamente o custo do crédito e a rentabilidade de diversos setores, colocando pressão adicional sobre as empresas e os consumidores brasileiros. Em termos de inflação, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,83% em 2024, ligeiramente acima da meta do governo de 4,5%. O maior impacto foi registrado no grupo de alimentação e bebidas, que viu um aumento de 7,59%, contribuindo com 1,63 pontos percentuais para o total do IPCA. Os setores de Saúde e Transportes também apresentaram aumentos significativos, com altas de 6,09% e 3,30%, respectivamente. Esses aumentos gerais pressionaram o poder de compra das famílias brasileiras, complicando ainda mais o ambiente econômico em um ano já marcado por tantos desafios externos. **Desempenho Financeiro e Operacional:** No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora alcançou uma receita de Prêmios Emitidos de R\$ 94,0 milhões, representando um crescimento de 18,3% em relação aos R\$ 79,4 milhões registrados em 2023. Este desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo ramo de Garantia-Segurado Setor Público, que apresentou um expressivo aumento de 81,5% em comparação ao ano anterior. Os Prêmios Ganhos, brutos de resseguro, somaram R\$ 69,4 milhões, registrando uma diminuição de 1,4% em relação ao exercício anterior. A sinistralidade atingiu 49,3%, o que representa um acréscimo de 21,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior, em grande parte devido a sinistros no ramo de Crédito Interno, com 87,7% de sinistralidade em 2024, especialmente no setor Agro. O índice de comissionamento foi de 14,2%, ligeiramente superior (0,1 ponto percentual) ao registrado em 2023. Em função desses resultados, a Seguradora encerrou o exercício de 2024 com um prejuízo de R\$ 1.455 mil, em contraste com o lucro líquido de R\$ 4.452 mil registrado em 2023. Os investimentos foram realizados conforme a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração e pela matriz espanhola, garantindo que a capacidade financeira da empresa esteja em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A constante evolução na estrutura de auditoria interna, controles internos e procedimentos de compliance tem sido crucial para garantir a eficácia e eficiência dos nossos processos operacionais. **Perspectivas:** A nossa estratégia de

negócios baseia-se na oferta de soluções de seguros às empresas, visando mitigar os riscos de inadimplência nas vendas de seus produtos e na prestação de serviços, tanto no mercado interno quanto externo, além de garantir o cumprimento das obrigações contratuais. Os nichos em que atuamos são identificados a partir de uma análise criteriosa de segmentação e diferenciação. A Seguradora acredita que o mercado de Seguro de Crédito ainda apresenta um potencial de crescimento significativo, considerando a baixa taxa de penetração deste produto em comparação ao número de empresas no Brasil, bem como em relação a mercados internacionais onde este tipo de seguro já está mais consolidado, como no mercado europeu. Apesar do cenário econômico desafiador, entendemos que o seguro de crédito é uma ferramenta valiosa na gestão de carteiras de crédito das empresas, o que nos leva a acreditar que há um vasto mercado a ser explorado. **Declaração de Capacidade Financeira:** Em cumprimento à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, informamos que a avaliação e o registro contábil de títulos e valores mobiliários são realizados com base na análise e no gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros. Os títulos da Seguradora, em 31 de dezembro de 2024, estavam 100% classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado VJR". **Governança Corporativa:** A governança da Seguradora é conduzida pelo Conselho de Administração, que representa os controladores e estabelece as diretrizes estratégicas para as áreas comercial, operacional e corporativa da CESCEBRASIL, as quais são implementadas pela Diretoria local. Este modelo de governança assegura uma gestão participativa e colaborativa entre a Diretoria, o Conselho e os respectivos gestores. O estatuto social da Seguradora garante aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Antes da destinação dos dividendos, são deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e a Contribuição Social. Os honorários de auditoria externa são divulgados anualmente nas informações financeiras do controlador final, a Companhia Española de Seguros de Crédito a La Exportación, S.A., localizada na Espanha. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de março de 2024, foi aprovada a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 a Prejuízos Acumulados. **Agradecimentos:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. expressa sua sincera gratidão a seus acionistas, segurados, corretoras, resseguradores e demais parceiros de negócios, assim como à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela confiança e apoio contínuos à empresa. Agradecemos também aos nossos profissionais e colaboradores pela dedicação e excelência na prestação de serviços. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

A Administração

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO)**

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
<b>Circulante</b>		<b>153.503</b>	<b>123.576</b>		
Disponível	5	1.772	490		
Caixa e bancos		1.772	490		
Aplicações	6	40.739	36.533		
Créditos das operações com seguros e resseguros		53.075	46.566		
Prêmios a receber	7.1	44.244	38.735		
Operações com seguradoras	7.1	1.192	220		
Operações com resseguradoras	7.2	7.639	7.611		
Outros créditos operacionais		216	72		
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	47.704	31.156		
Títulos e créditos a receber	9	2.831	2.708		
Créditos a receber	21	1.812	2.209		
Créditos tributários e previdenciários		935	471		
Outros créditos		84	28		
Custos de aquisição diferidos	10	7.166	6.051		
Seguros		7.166	6.051		
<b>Não circulante</b>		<b>70.181</b>	<b>39.771</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>65.553</b>	<b>35.859</b>		
Créditos das operações com seguros e resseguros		26.079	14.274		
Prêmios a receber	7.1	26.079	14.274		
Ativos de resseguro e retrocessão	8 e 15	29.704	17.000		
Outros valores e bens		924	537		
Outros valores	17	924	537		
Empréstimos e depósitos compulsórios		135	-		
Depósitos caução de aluguel		135	-		
Custos de aquisição diferidos	10	8.711	4.048		
Seguros		8.711	4.048		
Investimentos	11	3.333	3.337		
Participações societárias		3.333	3.333		
Outros investimentos		-	4		
Imobilizado		1.295	575		
Bens móveis		668	575		
Outras imobilizações		627	-		
<b>Total do ativo</b>		<b>223.684</b>	<b>163.347</b>		

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
<b>Circulante</b>		<b>120.821</b>	<b>94.397</b>		
Contas a pagar	12	4.836	4.343		
Obrigações a pagar		3.117	3.056		
Impostos e encargos sociais a recolher		950	694		
Encargos trabalhistas		611	593		
Impostos e contribuições		158	-		
Débitos das operações com seguros e resseguros		40.096	35.158		
Prêmios a restituir		3	-		
Operações com seguradoras		1.136	1.044		
Operações com resseguradoras	13	33.265	29.768		
Corretores de seguros e resseguros		5.689	4.346		
Outros débitos operacionais		3	-		
Depósito de terceiros	14	231	271		
Provisões técnicas - seguros	15	75.109	54.232		
Danos		75.109	54.232		
Outros débitos		549	393		
Provisões civis	16	351	-		
Débitos diversos	17	198	393		
<b>Não circulante</b>		<b>72.300</b>	<b>36.932</b>		
Contas a pagar	12	3.281	2.738		
Obrigações a pagar		3.281	2.738		
Débitos das operações com seguros e resseguros		21.359	7.109		
Operações com seguradoras	13	16.877	5.268		
Corretores de seguros e resseguros		4.482	1.841		
Provisões técnicas - seguros	15	46.820	26.886		
Danos		46.820	26.886		
Outros débitos		840	199		
Débitos diversos	17	810	169		
Outras provisões		30	30		
<b>Patrimônio líquido</b>	18	<b>30.563</b>	<b>32.018</b>		
Capital social		80.236	80.236		
Prejuízos acumulados		(49.673)	(48.218)		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>223.684</b>	<b>163.347</b>		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
Prêmios emitidos	19.a, 19.c	94.012	79.445		
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.a, 19.d	(24.620)	(9.101)		
<b>Prêmios ganhos</b>	19.a	<b>69.392</b>	<b>70.344</b>		
Sinistros ocorridos	19.a, 19.e	(34.202)	(15.595)		
Custos de aquisição	19.a, 19.f	(9.879)	(10.051)		
Outras receitas e despesas operacionais	19.g	(4.216)	(3.728)		
Resultado com resseguro	19.h	(9.845)	(23.476)		
Receita com resseguro		29.346	14.596		
Despesa com resseguro		(39.191)	(38.072)		
Despesas administrativas	19.i	(16.244)	(16.318)		
Despesas com tributos	19.j	(3.039)	(3.101)		
Resultado financeiro	19.k	4.903	5.211		
Resultado patrimonial	11	1.814	2.211		
<b>Resultado operacional</b>		<b>(1.316)</b>	<b>5.497</b>		
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(39)	78		
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>(1.355)</b>	<b>5.575</b>		
Imposto de renda	20	-	(551)		
Contribuição social	20	-	(345)		
Participações sobre o resultado	22	(100)	(227)		
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(1.455)</b>	<b>4.452</b>		
Quantidade de ações	18.a	206.083.590	206.083.590		
Lucro (prejuízo) líquido por ação - em R\$		(0,01)	0,02		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.455)	4.452
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(1.455)</b>	<b>4.452</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.455)	4.452

Ajustes para:	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortizações	187	132
Amortização de direito de uso	17	369
Redução ao valor recuperável dos ativos	19.g	4
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.812)
Prejuízo na alienação de imobilizado e intangível		39
Juros incorridos arrendamento	17	147
Variação do custo de aquisição diferidos		(5.778)
Variação dos ativos de resseguro		(15.514)
Variação das provisões técnicas - seguros		24.720
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.206)	4.615
Créditos das operações com seguros	(18.318)	(11.636)
Ativos de resseguro	(13.738)	(3.176)
Outros ativos	(891)	49
Créditos tributários e previdenciários	(464)	(107)
Outros créditos operacionais	(200)	24
Obrigações a pagar	604	1.002
Impostos e contribuições	737	1.159
Outras contas a pagar	18	2
Débitos de operações de seguros e resseguros	19.188	392
Depósitos de terceiros	(40)	52
Provisões técnicas - seguros e resseguros	16.091	(7.229)
Outros débitos	1.060	(125)
<b>Caixa gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>748</b>	<b>(1.489)</b>
Dividendos recebidos - controlada	2.209	1.962
Impostos sobre o lucro, pagos	(323)	(1.304)
Juros passivo de arrendamento, pagos	17	(27)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>2.607</b>	<b>(877)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	-	97
Investimentos	3	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(945)	(287)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(942)</b>	<b>(190)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Parcelas pagas de arrendamento mercantil	17	(383)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(383)</b>	<b>(450)</b>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.282</b>	<b>(1.517)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	490
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.772

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Descrição	Capital Social acumulados	Prejuízos	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>80.236</b>	<b>(52.670)</b>	<b>27.566</b>
Lucro líquido do exercício	-	4.452	4.452
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>80.236</b>	<b>(48.218)</b>	<b>32.018</b>
Prejuízo do exercício	-	(1.455)	(1.455)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>80.236</b>	<b>(49.673)</b>	<b>30.563</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**1. Contexto operacional:** A CESCEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Companhia" ou "Seguradora") é uma Seguradora de capital fechado, controlada pelo Consórcio Internacional de Aseguradores de Credito S.A. - CIAC (sediado em Madrid, Espanha, autorizada a atuar nos ramos de seguro de garantias, crédito interno e seguros de crédito à exportação, em todo território nacional, operando nos principais centros econômicos do País e está sediada na Alameda Santos, 787, conjunto 92, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP. A Companhia Española de Seguros de Crédito a la Exportación ("Grupo CESCE") participa com 63,12% no capital do CIAC, é especializada na gestão integrada de risco comercial e seu principal acionista é o Estado Espanhol (com participação de 50,25%), tendo ainda participação acionária dos principais bancos e empresas Seguradoras da Espanha. O seu objeto social é prover seguros às empresas contra os riscos de falta de pagamento decorrentes das vendas dos seus produtos e da prestação de serviços, tanto no mercado interno como no externo, além de garantias de cumprimento de obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentava a estrutura abaixo:



A Seguradora tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional, sobretudo no grupo de ramos de Riscos Financeiros: • Crédito Interno; • Crédito à Exportação; • Garantia Segurado - Setor Público; e • Garantia Segurado - Setor Privado. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi dada pelo Conselho de Administração em 03 de fevereiro de 2025. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do resultado abrangente e a demonstração dos fluxos de caixa da Seguradora, conforme legislação em vigor. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais, mantendo em ativo ou passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de

caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. **2.2. Comparabilidade:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidas pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento "CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis". **2.3. Base para mensuração, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP. As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$000) e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira

\* continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CESCERBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. (EM MILHARES DE REAIS)

exercício. 3.2.6. **Determinação do valor justo:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação e ajustados ao valor de mercado, calculado com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Anbima. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. Os valores justos são classificados em níveis, baseados em informações utilizadas nas técnicas de avaliação: • Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3: títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável. 3.2.7. **Provisão para perdas de crédito esperadas - ativos financeiros:** O pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros determina que deve ser reconhecida uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado, mensurados ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução do valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável. A Companhia possui ativos financeiros em títulos públicos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) e, portanto, não constitui provisão para perdas de crédito esperadas. A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. 3.2.8. **Redução ao valor recuperável - Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização, são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. A Seguradora não possui ativos sem vida útil estimada. 3.2.9. **Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, prestadores de serviços, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente no caso dos impostos e contribuições ao valor calculado para pagamento e para os demais reconhecidos com base nos custos dos serviços contratados e/ou utilizados. 3.3. **Créditos das operações com seguros e resseguros:** São representados por prêmios a receber de seguros diretos, de operações de cessamento aceito e valores de sinistros a recuperar e outros créditos operacionais com resseguradoras. São contabilizados pelo custo amortizado e possuem provisão para redução ao valor recuperável com base em estudo elaborado pela Companhia. **Redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber direto e de cessamento aceito:** A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber direto e de cessamento aceito, conforme determina o artigo 137 da Circular SUSEP nº 678/2022, baseado em estudo técnico que considera a experiência de perda histórica de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos e se na data do balanço há evidência objetiva de perda. A RVR de prêmios a receber considera todos os prêmios vencidos e não vencidos, de todas as apólices de um mesmo segurado/tomador, líquida da provisão de prêmios não ganhos, custos de aquisição diferidos e efeitos de resseguro. A Companhia conservadoramente considera também para a constituição de provisão de RVR os prêmios de seguros diretos que estão em atraso superior a 60 dias, mesmo que o segurado/tomador não possua experiência de perda histórica de prêmios ou evidência objetiva/clara de perda. A faixa de 60 dias foi determinada no estudo elaborado pela Companhia após analisar a distribuição em número de dias para o recebimento dos prêmios de seguros diretos (dados analisados dos últimos 3 anos) e constatar que 99,0% dos prêmios de seguros são recebidos até esta data. Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os passivos são compostos, basicamente, por prêmios de resseguros cedidos, líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função de ocorrências de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Para os prêmios de seguros de cessamento aceitos, devido a natureza da operação, são analisados os atrasos por segurado/tomador, comparando com o histórico de dias de recebimento do prêmio (repasse realizado pelas congêneres) e determinando caso a caso a constituição de RVR. A Companhia não teve impacto na aplicação do artigo 137 da Circular SUSEP nº 678/2022, uma vez que já considerava a experiência de perda histórica de prêmios, em linha com o estabelecido na referida Circular. **Redução ao valor recuperável (RVR) de operações de resseguro:** A Circular SUSEP nº 678/2022 determina que para o cálculo da redução ao valor recuperável de operações com resseguradores devem ser considerados, no mínimo: I - o histórico de perdas com o ressegurador; II - análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; III - eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro ou retrocessão que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado. A Seguradora não tem constituído provisão para a redução ao valor recuperável para as operações com resseguradoras, uma vez que: I - não possui histórico de perdas/não recuperação de valores com o ressegurador; II - todos os resseguradores (ou o Grupo Segurador) que possuem operações com a Companhia estão com classificação de risco A+/A-/AA/AA- nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, III - não ter litígios ou divergências em curso; e IV - as liquidações financeiras ocorrem trimestralmente onde são consideradas todas as operações a serem repassadas e recuperadas com os resseguros, sem histórico de inadimplência com os resseguradores. Caso seja identificada alguma chance de não recebimento, a administração da Seguradora avaliará a necessidade de se constituir uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro, considerando evidências objetivas de que os valores possam não ser recebidos e o valor da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada no mínimo a cada data de balanço de forma individualizada. 3.4. **Investimentos:** Os investimentos em participações societárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. 3.5. **Ativo imobilizado de uso próprio:** O custo do ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, benfeitorias (Outras Imobilizações) e veículos e é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. A depreciação de benfeitorias é realizada pelo período de locação. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil fiscal, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. 3.6. **Intangível: Softwares e licenças de uso:** Os custos que são diretamente associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática, cujo produto final seja tecnicamente viável e que irá gerar benefícios econômicos futuros, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento incluem custos de pessoal de informática, custos de empréstimos obtidos junto a agentes financiadores e custos pagos a terceiros, incrementais, para tal desenvolvimento. Os custos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, a partir da data em que o sistema entra em operação. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estavam totalmente amortizados. 3.7. **Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. 3.8. **Mensuração dos contratos de seguro:** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, líquidos dos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "receitas financeiras" em base "pro rata temporis" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. 3.9. **Ativos de resseguro e Passivo com operações com resseguradoras:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. 3.10. **Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. 3.11. **Provisões técnicas:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pelo Conselho

Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As provisões técnicas aplicáveis à Seguradora no período de apresentação das demonstrações financeiras individuais estão assim resumidas: A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas aos riscos vigentes na data-base do cálculo. A PPNG também representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro rata dia" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes, porém não emitidos na data-base de cálculo. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora está em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, e encontra-se descrita em Nota Técnica Atuarial. Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. A metodologia de cálculo aplicada pela Seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses sobre a PPNG do mês de referência. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa das indenizações devidas ou valor determinado na apólice e liquidação de sinistro. É determinada com base nos avisos de sinistros recebidos e atualizada monetariamente nos termos da legislação. Os valores a serem ressarcidos por conta do resseguro são reconhecidos simultaneamente à constituição da PSL e apresentados no ativo circulante na rubrica "Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões Técnicas". A mensuração da estimativa de PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - IBNEr, que é constituída a partir de metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial baseada em critério estatístico-atuarial conhecido como triângulo de run-off, que considera o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. Nas datas-base de 31/12/2024 e de 31/12/2023, não há constituição de IBNEr pela Seguradora, uma vez que os testes de consistência não apontam necessidade de ajuste da PSL. Contudo, quando aplicável, os triângulos de run-off serão elaborados individualmente para cada ramo e terão como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento da sua construção. No triângulo, os dados serão agrupados em períodos mensais. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das despesas relacionadas aos sinistros - alocadas individualmente e despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis, das "despesas avisadas, mas não liquidadas" e "despesas ocorridas e não avisadas". A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (também conhecida como "IBNR - Incurred But Not Reported") visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data-base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da Seguradora. Em atendimento aos normativos vigentes, a Seguradora possui uma metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, baseada fundamentalmente na construção dos triângulos de run-off, a qual é aplicada somente aos ramos Crédito Interno (0748) e Crédito à Exportação (0749). Para os demais ramos operados pela seguradora, a provisão de IBNR é atualmente obtida através dos resultados médios observados nos testes de consistência da provisão. Cabe destacar que é realizado monitoramento trimestral da evolução da provisão e, caso constatada alguma inadequação, a Companhia tomará as devidas providências para corrigir o valor constituído, utilizando-se do critério técnico que julgar mais adequado. Os triângulos de run-off são elaborados individualmente para cada ramo mencionado acima e tem como base os últimos 60 meses de dados disponíveis no momento de sua construção. No triângulo, os dados são agrupados em períodos trimestrais. A Provisão de Excedente Técnico tem como objetivo provisionar os valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de participação no resultado da apólice para os segurados que contratem a cláusula de bônus. O bônus é calculado caso sejam cumpridas as métricas de sinistralidade e prêmios, que incluem pagamento integral dos valores devidos, renovação da apólice, entre outros. Os valores serão pagos aos segurados que atenderem a todas as condições e realizar a solicitação do pagamento em até 180 dias após a finalização da vigência da apólice e que todos os riscos declarados durante a vigência tenham sido expirados, considerando também o prazo máximo para aviso de sinistros. A provisão é constituída para cada apólice individualmente, durante a vigência da apólice. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos. Com base nos valores estimados no estudo do TAP de data-base 31/12/2024, a PCC é nula. 3.12. **Teste de adequação dos passivos (TAP - ou "LAT"):** Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras individuais e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, alterado pela Circular SUSEP nº 678/2022 ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos do grupo de Danos. Em atendimento ao normativo em vigor, a Seguradora realizou a projeção dos fluxos realistas de resseguro, independentemente de ser necessária a constituição da PCC, respeitando o grupamento e adotando metodologia e premissas análogas às aplicadas aos fluxos brutos de resseguro. Agrupamento utilizado no cálculo do TAP: há apenas 01 grupo, composto pelos ramos 740, 745, 747, 748, 740, 749, 775, 776 e 819. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2024, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), prefixada e cambial, com base na metodologia proposta pela SUSEP usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidades aplicadas ao Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2024 foram, em média, de 40,36%, para o ramo 0748 - Crédito Interno, e de 10,58%, para os demais ramos de Danos operacionalizados pela Seguradora. Os resultados obtidos no Teste de Adequação de Passivos de data-base 31/12/2024, seguindo a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, estão reproduzidos a seguir:

Grupo - Segmentação	Fluxo de caixa estimado		Provisões constituídas		Resultado
	2024	2023	2024	2023	
Danos - Eventos ocorridos	25.584	26.783	26.783	(1.199)	
Danos - Eventos a ocorrer (registrados)	33.283	76.888	76.888	(43.605)	
Danos - Outras provisões técnicas (OPT)	2.062	2.380	2.380	(318)	

Na Cesop, por haver apenas 01 grupo e o TAP não apontar a necessidade de constituição de PCC, não ocorre compensação de resultados entre grupos. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da CESCERBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. realizado para a data-base de 31/12/2024, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e Circular SUSEP nº 678/2022. 3.13. **Direito de uso - CPC 06 (R2):** O CPC 06 (R2) - Arrendamentos consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Antes da edição do CPC 06 as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis) foram mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Seguradora alterar sua avaliação se exercerá uma opção de extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao

valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. 3.14. **Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo:** Compreendem os ordenados, salários e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, participação nos lucros de acordo com o sindicato da categoria, gratificações e benefícios não monetários. Estes benefícios são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período na medida em que são incorridos. **Benefícios por desligamento:** Adicionalmente, a Seguradora concede benefícios de seguro saúde para funcionários desligados por prazo determinado na convenção sindical, sendo: a) por mais 30 dias com até 5 anos de trabalho na mesma empresa; b) por mais 60 dias com mais de 5 e até 10 anos de trabalho na mesma empresa; c) por mais 90 dias com mais de 10 anos de trabalho na mesma empresa. 3.15. **Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Os passivos contingentes relacionados à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial são avaliados para provisão de perda independente do pronunciamento técnico CPC 25, mas sim utilizando-se como base o CPC 11 sobre a definição de um contrato de seguro e a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. 3.16. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável conforme Lei nº 13.169/2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação nas demonstrações financeiras individuais. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. 3.17. **Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas financeiras abrangem as receitas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária e oscilação cambial das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. 3.18. **Participações sobre o resultado:** O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. 4. **Gerenciamento de riscos:** A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetá-la, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros e atua conforme os requerimentos da Resolução CNSP nº 416 de 2021, alterada pela Resolução CNSP nº 467 de 2024: • Risco de crédito; • Risco financeiro (mercado e liquidez); • Risco de seguro; • Risco de capital; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora também incorre riscos relacionados à oscilação cambial da moeda dólar americano. Em 31 de dezembro de 2024 possuía exposição líquida ativa de aproximadamente USD 199 mil (Em 31 de dezembro de 2023 exposição líquida passiva de USD 53 mil), decorrente de suas operações normais de seguros (líquidas das parcelas de resseguro) e saldo em conta corrente em moeda estrangeira. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos visa o cumprimento e adequações às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. A Seguradora detém em suas estruturas políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de risco. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora encontra-se exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados. A Seguradora mantém uma estrutura de Gerenciamento de Risco que mantém reporte imediato junto à Diretoria da Seguradora e com a Matriz, assim como ao Conselho de Administração e que tem como objetivo auxiliar a administração na revisão e na discussão de informações acerca do gerenciamento dos riscos empresariais, incluindo as políticas, procedimentos, práticas e relatórios com relação aos riscos de subscrição, crédito, investimento, operacional e de liquidez, assim como a aderência da Seguradora com os requerimentos legais e regulatórios. 4.1. **Gestão de risco de crédito:** A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletiva, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida (e considerada como baixa) onde em certos casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorrido a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Seguradora opera apenas na carteira de transporte na modalidade riscos decorridos. Para os créditos das operações com seguros é constituída, quando necessária, a provisão para redução ao valor recuperável conforme mencionado na Nota 7.1 e Nota 3.3. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e demais recebíveis detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, distribuídos por rating de crédito obtidos nas agências classificadoras de risco (Moody's, Standard & Poor's, Fitch Ratings). A carteira de investimentos é composta por títulos públicos federais com risco de crédito associado à escala nacional de risco da União (ou risco soberano equivalente à "Ba1", conforme classificação da Moody's em 2024 e "BB" conforme Standard & Poor's em 2023).

	31 de dezembro de 2024			
	A-/A+/AA/AA+	Ba1/BB/BB+	Sem rating (*)	Total
	-	1.757	-	1.772
Caixa	-	-	15	15
Bancos	-	1.757	-	1.757
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>	-	<b>40.739</b>	-	<b>40.739</b>
Títulos públicos - LFT	-	40.739	-	40.739
<b>Empréstimos e demais recebíveis</b>	<b>3.717</b>	-	<b>77.600</b>	<b>81.317</b>
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.717	-	75.437	79.154
Outros créditos operacionais	-	-	216	216
Títulos e créditos a receber	-	-	1.812	1.812
Depósitos caução de aluguel	-	-	135	135
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>3.717</b>	<b>42.496</b>	<b>77.615</b>	<b>123.828</b>

  

	31 de dezembro de 2023			
	A-/A+/AA/AA+	BB/BB+	Sem rating (*)	Total
	-	476	-	14
Caixa	-	-	14	14
Bancos	-	476	-	476
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>	-	<b>36.533</b>	-	<b>36.533</b>
Títulos públicos - LFT	-	36.533	-	36.533
<b>Empréstimos e demais recebíveis</b>	<b>3.847</b>	-	<b>59.274</b>	<b>63.121</b>
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.847	-	56.993	60.840
Outros créditos operacionais	-	-	72	72
Títulos e créditos a receber	-	-	2.209	2.209
<b>Total do circulante e não circulante</b>	<b>3.847</b>	<b>37.009</b>	<b>59.288</b>	<b>100.144</b>

(\*) Os ativos classificados na categoria "Sem rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais. 4.2. **Gestão de riscos financeiros:** A Seguradora define risco financeiro como risco de mercado e risco de liquidez. Esses riscos surgem de posições mantidas em instrumentos financeiros, que na Seguradora são substancialmente representados por Títulos Públicos - LFT, com oscilações de taxa de juros. **Risco de Mercado:** risco de taxa de juros é o risco de mercado ao qual a Companhia está mais exposta. Para reduzir a exposição às variações nas taxas de juros do mercado doméstico, a Seguradora realiza suas aplicações financeiras em títulos públicos, que estão indexados à variação da SELIC. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente macroeconômico. Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curto e longo prazos. **Risco de Liquidez:** A Seguradora define como a possibilidade de não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem

continua →



\* continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. (EM MILHARES DE REAIS)

	Prêmios diferidos		Sinistros pendentes	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de excedente técnico	Total
	- PPNG	- RVNE				
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>34.638</b>	<b>5.453</b>	<b>2.569</b>	<b>3.106</b>	<b>1.598</b>	<b>792</b>
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	77.983	-	-	-	-	-
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(61.810)	-	-	-	-	(61.810)
(+) Sinistros avisados	-	-	40.849	-	301	-
(+/-) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	323	(681)	755	(13.947)	32	1.166
(-) Pagamentos	-	-	-	(14.692)	(221)	(806)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>51.134</b>	<b>4.772</b>	<b>3.324</b>	<b>15.316</b>	<b>1.710</b>	<b>1.152</b>

	Prêmios diferidos		Sinistros pendentes	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de excedente técnico	Total
	- PPNG	- RVNE				
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>31.656</b>	<b>3.803</b>	<b>2.507</b>	<b>8.875</b>	<b>1.977</b>	<b>48.818</b>
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	60.496	-	-	-	-	60.496
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(57.444)	-	-	-	-	(57.444)
(+) Sinistros avisados	-	-	24.963	-	974	-
(+/-) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	(70)	1.650	62	(13.488)	(506)	1.877
(-) Pagamentos	-	-	-	(17.244)	(847)	(1.085)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>34.638</b>	<b>5.453</b>	<b>2.569</b>	<b>3.106</b>	<b>1.598</b>	<b>792</b>

8.1. Prêmios de resseguro diferidos - PPNG subdivididos em classes e ratings: Abaixo demonstramos a relação das resseguradoras por classe e por rating divulgados pelas agências classificadoras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

Rating (I)	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
A-/A+/AA/AA-/AA+	2.705	20.987	7.332	31.024	2.141	14.664	4.166	20.971
Sem rating	20.110	-	-	20.110	13.667	-	-	13.667
	<b>22.815</b>	<b>20.987</b>	<b>7.332</b>	<b>51.134</b>	<b>15.808</b>	<b>14.664</b>	<b>4.166</b>	<b>34.638</b>

(I) Ratings obtidos nos sites das resseguradoras e agências classificadoras.

9. Títulos e créditos a receber, incluindo créditos tributários e previdenciários:	31/12/2024	31/12/2023
Créditos de PIS e COFINS diferido (*)	164	24
Outros créditos tributários	772	447
Valores a receber - Cesce Serviços (nota 21)	1.812	2.209
Outros créditos	83	28
<b>Circulante</b>	<b>2.831</b>	<b>2.708</b>

(\*) A Seguradora contabiliza créditos tributários de PIS e COFINS (PIS/COFINS Diferido), decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão de sinistros a liquidar, que serão deduzidos da base de cálculo de PIS e COFINS quando do seu efetivo pagamento.

10. Custos de aquisição diferidos: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

a) Composição dos custos de aquisição diferidos originados de aquisição de contratos de seguros:

	Vigência média das apólices (dias)		
	31/12/2024	31/12/2023	
Crédito Interno	365	2.194	2.239
Crédito à exportação	379	1.268	880
Garantia segurado - Setor público	1256	12.377	6.886
Garantia segurado - Setor privado	872	38	94
	<b>15.877</b>	<b>10.099</b>	

	Comissão			Comissão - RVNE			Total		
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	
<b>Saldo em 01/01/2023</b>	<b>8.524</b>	<b>1.575</b>	<b>10.099</b>	<b>8.524</b>	<b>1.575</b>	<b>10.099</b>	<b>8.524</b>	<b>1.575</b>	<b>10.099</b>
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos	15.560	-	15.560	(9.597)	(184)	(9.782)	14.487	1.391	15.877
(+/-) Constituições/Reversões/Diferimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>14.487</b>	<b>1.391</b>	<b>15.877</b>	<b>8.524</b>	<b>1.575</b>	<b>10.099</b>	<b>8.524</b>	<b>1.575</b>	<b>10.099</b>

Os custos de aquisição diferidos diretamente relacionados a contratos de seguros são considerados no teste de adequação dos passivos de seguros, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

11. Investimentos:	31/12/2024	31/12/2023
<b>Participações societárias:</b>		
CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (*)	3.333	3.333
Ações Seguradora Líder S.A. (**)	238	220
Redução ao valor recuperável	(238)	(220)
<b>Outros investimentos:</b>		
Obras de arte	-	4
<b>Total</b>	<b>3.333</b>	<b>3.337</b>

(\*) A controlada presta serviços de análise de crédito e monitoramento dos clientes dos segurados dos ramos de crédito, que possuem apólices vigentes na Seguradora.

(\*\*) A Seguradora possui 1,33329% de participação na Seguradora Líder S.A. e possui provisão para desvalorização de 100% do valor.

CESCEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda.:	31/12/2024		31/12/2023	
	Participação	99,99995%	99,99995%	
Ativos totais	5.328	5.746		
Passivos totais	1.995	2.413		
Receitas totais	6.313	6.823		
Despesas totais	(4.501)	(4.614)		
Lucro líquido do exercício	1.812	2.209		
Dividendos propostos sobre o resultado do exercício (nota 21)	(1.812)	(2.209)		
Capital social	2.004	2.004		
Patrimônio líquido	3.333	3.333		
<b>12. Contas a pagar:</b> As contas a pagar apresentam a seguinte composição:	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>		
Prestadores de serviços (*)	3.554	3.679		
Partes relacionadas - CESCE SERVIÇOS (nota 21)	1.746	570		
Salários e benefícios de curto prazo aos empregados	271	842		
IOF sobre prêmios de seguros	608	377		
Impostos e contribuições retidos na fonte	156	139		
Impostos e contribuições (IR, CSLL, PIS e COFINS)	158	-		
Encargos trabalhistas	774	752		
Outras contas a pagar	850	722		
<b>Total</b>	<b>8.117</b>	<b>7.081</b>		
<b>Circulante</b>	<b>4.836</b>	<b>4.343</b>		
<b>Não circulante</b>	<b>3.281</b>	<b>2.738</b>		

(\*) Constituída principalmente por provisões de honorários advocatícios (R\$ 3.281 em 2024 e R\$ 3.294 em 2023).

13. Operações com Resseguradoras: Compreendem, substancialmente, os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço.

Evento	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Prêmios cedidos, líquidos das comissões	25.755	16.945	6.821	49.521	20.054	10.540	3.953	34.547
Sinistros - ressarcimentos	276	226	119	621	224	178	87	489
<b>Total</b>	<b>26.031</b>	<b>17.171</b>	<b>6.940</b>	<b>50.142</b>	<b>20.278</b>	<b>10.718</b>	<b>4.040</b>	<b>35.036</b>
<b>Circulante</b>				<b>33.265</b>				<b>29.768</b>
<b>Não circulante</b>				<b>16.877</b>				<b>5.268</b>

14. Depósitos de Terceiros: As contas do grupo de Depósitos de Terceiros apresentam a seguinte composição:

Aging List	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios e emolumentos recebidos (*)	Outros depósitos	Total
Até 30 dias	231	-	231	256	1	257
De 31 a 60 dias	-	-	-	14	-	14
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>-</b>	<b>231</b>	<b>270</b>	<b>1</b>	<b>271</b>

(\*) Inclui parcelas recebidas de acordo com segurados que permanecem na conta até totalizar o valor total da parcela do prêmio.

15. Provisões técnicas:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*) líquido	Valor Bruto de resseguro (*) líquido	Bruto de resseguro	Ativo de resseguro (*) líquido	Valor Bruto de resseguro (*) líquido
Provisão de prêmios não ganhos	82.028	(51.134)	30.894	55.596	(34.638)	20.958
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	10.737	(4.772)	5.965	12.525	(5.453)	7.072
Sinistros a liquidar	19.322	(15.316)	4.006	5.087	(3.106)	1.981
Provisão de IBNR	5.276	(3.324)	1.952	4.070	(2.569)	1.501
Provisão de despesas relacionadas	2.186	(1.710)	476	2.177	(1.598)	579
Provisão de excedente técnico	2.380	(1.152)	1.228	1.663	(792)	871
	<b>121.929</b>	<b>(77.408)</b>	<b>44.521</b>	<b>81.118</b>	<b>(48.156)</b>	<b>32.962</b>
<b>Circulante</b>	<b>75.109</b>	<b>(47.704)</b>	<b>27.405</b>	<b>54.232</b>	<b>(31.156)</b>	<b>23.076</b>
<b>Não circulante</b>	<b>46.820</b>	<b>(29.704)</b>	<b>17.116</b>	<b>26.886</b>	<b>(17.000)</b>	<b>9.886</b>

(\*) vide nota 8

15.1. Movimentação das provisões técnicas:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	Sinistros a liquidar	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de excedente técnico
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>55.596</b>	<b>12.525</b>	<b>5.087</b>	<b>2.177</b>	<b>4.070</b>	<b>1.663</b>
(+) Adições decorrentes de prêmios emitidos/cancelados/restituídos	95.800	(1.788)	-	-	-	-
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(69.155)	-	-	-	-	-
(+) Sinistros avisados	-	-	59.491	461	-	-
(+/-) Ajuste de estimativa/atualização monetária/variação cambial	(213)	-	(22.436)	(109)	1.206	2.382
(-) Pagamentos	-	-	(22.820)	(343)	-	(1.665)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>82.028</b>	<b>10.737</b>	<b>19.322</b>	<b>2.186</b>	<b>5.276</b>	<b>2.380</b>

16. Passivos contingentes: A Seguradora possui processos de sinistros em fase inicial de demanda judicial registrados na conta "Sinistros a liquidar judiciais" no montante de R\$ 815 (2023 - R\$ 547), líquidos de coberturas. Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de negativa de pagamento de indenizações oriundas de itens não cobertos em apólice e/ou discordância em relação ao valor indenizado. a) Saldo dos passivos contingentes: Mediante as análises de cada processo, pelo nosso consultor jurídico responsável, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma:

Classificação	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Qtde.	Valor reclamado	Qtde.	Valor reclamado
Provável	5	815	3	547
Possível	-	-	-	-
Remota	20	45.715	25	42.136
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>46.530</b>	<b>28</b>	<b>42.683</b>

II - Não relacionadas a sinistros - Cíveis:

Classificação	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Qtde.	Valor reclamado	Qtde.	Valor reclamado
Provável	1	351	-	-
Possível	1	83.852	1	76.597
Remota	-	-	1	617
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>84.203</b>	<b>2</b>	<b>77.214</b>

A Seguradora é parte em discussões judiciais de natureza cível e em processos administrativos, cuja probabilidade de perda é avaliada pelos assessores jurídicos da Seguradora. O processo com classificação provável, mencionado no quadro acima, relaciona-se a processo em que a Seguradora foi condenada em aproximadamente R\$ 351 mil por perdas sofridas pelo Tomador para desembaraço aduaneiro. O processo com classificação possível, mencionado no quadro acima, relaciona-se a processo em que a Seguradora é ré, e cujo valor estimado pela Administração é de aproximadamente R\$ 84 milhões. Em dezembro de 2020 foi proferida sentença de primeira instância do processo cível em que o Autor pleiteia a condenação da Seguradora em danos emergentes, lucros cessantes e danos morais relativos a uma proposta de seguro garantia. A referida decisão foi de parcial procedência, absolvendo integralmente a Seguradora com relação aos lucros cessantes e danos morais e a condenando aos danos emergentes. Contudo, tendo em vista diversas incongruências observadas na aludida decisão pelo assessor jurídico da Seguradora e referendadas pela Administração, a Seguradora opôs Embargos de Declaração e, recorreu ao Tribunal de Justiça para a reversão do feito. Em razão da referida decisão, a probabilidade passou de perda remota para possível, de acordo com a estimativa do assessor jurídico da Seguradora responsável pela ação. Adicionalmente, obtivemos uma segunda opinião emitida em escritório de advocacia igualmente renomado, que confirmou as chances de êxito da Seguradora como possíveis, motivo pelo qual confirmou-se o entendimento de não haver que se constituir provisão. Por fim, cabe ressaltar que os Controladores, no curso normal de suas operações, formalizaram compromissos no sentido de que, na hipótese de uma conclusão desfavorável das discussões judiciais em curso, darão suporte à manutenção de suas atividades. b) Movimentação dos passivos contingentes:

I - Relacionadas a sinistros

Saldo inicial em 1º de janeiro	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos de direito de uso	Principal	Juros	Total
(-) Pagamentos efetuados	-	-	-	(456)
(+/-) Constituições/Ajuste de estimativa	-	-	-	129
(+/-) Atualização monetária/variação cambial	-	-	-	139
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>815</b>	<b>547</b>	<b>815</b>	<b>547</b>

II - Não relacionadas a sinistros

Saldo inicial em 1º de janeiro	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos de direito de uso	Principal	Juros	Total
(+/-) Constituições/Ajuste de estimativa	-	-	-	351
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>351</b>	<b>351</b>	<b>351</b>	<b>351</b>

17. Outros valores e bens e Passivo de arrendamento: A duração do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento de seu contrato de aluguel do escritório é de 5 anos (3 anos em 2023). Na rubrica Outros valores e bens estão registrados os valores dos Ativos de direito de uso deste contrato e no Passivo de arrendamento estão registrados os valores dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados dos juros que serão apropriados. A seguir estão demonstrados os vencimentos do Passivo de arrendamento e dos juros a apropriar:

	Até 1 ano		1 a 2 anos		Acima de 2 anos		31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos de direito de uso	Principal	Juros	Total	Ativos de direito de uso	Principal	Juros	Total	Ativos de direito de uso	Principal
Ativos de direito de uso	202	202	520	924	537	537	537	537	537	537
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>202</b>	<b>520</b>	<b>924</b>	<b>537</b>	<b>537</b>	<b>537</b>	<b>537</b>	<b>537</b>	<b>537</b>
Passivo de arrendamento	328	341	936	1.605	742	742	742	742	742	742
Juros a apropriar	(130)	(130)	(337)	(597)	(180)	(180				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 DA CECSEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A. (EM MILHARES DE REAIS)

**18. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 80.236 em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, sendo representado por 206.083.590 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**Acionistas:**

	31/12/2024	31/12/2023
Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito - CIAC	99,99%	99,99%
CESECE Serviços Corporativos SLU	0,01%	0,01%

b) **Dividendos:** É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, conforme estabelecido no estatuto social. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não foram constituídas reservas legal e dividendos devido a Seguradora ainda apresentar prejuízos acumulados. c) **Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), adequação de capital e Capital Mínimo Requerido:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Patrimônio líquido</b>	30.563	32.018
Participações societárias	(3.333)	(3.333)
Obras de arte	-	(4)
<b>(a) Patrimônio líquido após ajustes contábeis (subtotal)</b>	<b>27.230</b>	<b>28.681</b>
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	-	-
<b>(b) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
PLA - nível I	27.230	28.681
PLA - nível II	-	-
PLA - nível III	-	-
<b>(c) Subtotal PLA - nível</b>	<b>27.230</b>	<b>28.681</b>
Limitador CMR - PLA nível I	27.230	28.681
Limitador CMR - PLA nível II	-	-
Limitador CMR - PLA nível III	-	-
<b>(d) Subtotal PLA - limitador</b>	<b>27.230</b>	<b>28.681</b>
<b>(e) Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (d - c)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(f) PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos + ajustes do excesso de PLA de nível 2 e 3 (a + b + e)</b>	<b>27.230</b>	<b>28.681</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR)</b>	<b>8.100</b>	<b>8.100</b>
<b>Capital-base</b>	<b>8.100</b>	<b>8.100</b>
Capital adicional de subscrição	5.750	5.141
Capital adicional de crédito	1.706	1.368
Capital adicional de mercado	862	133
Benefício da correlação entre riscos	(1.266)	(660)
Capital adicional de risco operacional	500	471
<b>Capital de risco</b>	<b>7.553</b>	<b>6.454</b>
<b>Suficiência/Insuficiência do PLA - (PLA-CMR)</b>	<b>19.130</b>	<b>20.581</b>
<b>Suficiência de capital PLA (Suficiência de capital/CMR)</b>	<b>236,17%</b>	<b>254,09%</b>
<b>Índice de solvência (PLA/CMR)</b>	<b>336,17%</b>	<b>354,09%</b>

**19. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:** a) **Informação por ramo:** Os prêmios emitidos compreendem os prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os sinistros ocorridos compreendem os sinistros ocorridos líquidos de cessão de riscos a congêneres e provisão de IBNR. Os valores dos ramos de atuação da Seguradora estão assim compostos, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ramos</b>	<b>Prêmios emitidos</b>	<b>Sinistros ocorridos</b>
Crédito interno	33.189	(29.495)
Crédito à exportação	16.977	(4.695)
Garantia- segurado setor público	43.716	(91)
Garantia- segurado setor privado	130	79
<b>Total</b>	<b>94.012</b>	<b>(34.202)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ramos</b>	<b>Prêmios emitidos</b>	<b>Sinistros ocorridos</b>
Crédito interno	36.616	(6.523)
Crédito à exportação	18.356	(8.822)
Garantia - segurado setor público	24.086	(219)
Garantia - segurado setor privado	387	(31)
<b>Total</b>	<b>79.445</b>	<b>(10.051)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ramos</b>	<b>Sinistralidade</b>	<b>Comissionamento</b>
Crédito Interno	87,7%	13,2%
Crédito à exportação	31,2%	12,2%
Garantia- segurado setor público	0,5%	17,4%
Garantia- segurado setor privado	-14,9%	13,2%
<b>Total</b>	<b>49,3%</b>	<b>14,2%</b>

(\*) Saldos apresentados brutos de resseguro.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>c) Prêmios emitidos</b>	<b>Prêmios diretos</b>	<b>Prêmios cancelados</b>
Prêmios diretos	91.342	73.979
Prêmios cancelados	(10.490)	(9.045)
Prêmios restituídos	(6.451)	(4.585)
Cosseguro aceito de congêneres	21.399	14.613
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(1.788)	4.483
<b>Total</b>	<b>94.012</b>	<b>79.445</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>d) Variações das provisões técnicas</b>	<b>Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos</b>	<b>Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito</b>
Provisão de prêmios não ganho - seguros diretos	(17.963)	(1.997)
Provisão de prêmios não ganho - cosseguro aceito	(7.727)	(1.637)
Provisão de prêmios não ganho - RVNE	1.788	(3.804)
Provisão de excedente técnico	(718)	(1.663)
<b>Total</b>	<b>(24.620)</b>	<b>(9.101)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>e) Sinistros ocorridos</b>	<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>Despesas com sinistros</b>
Sinistros ocorridos	(36.364)	(16.945)
Despesas com sinistros	(741)	(676)
Ressarcimentos	3.721	2.147
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(818)	(121)
<b>Total</b>	<b>(34.202)</b>	<b>(15.595)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>f) Custos de aquisição</b>	<b>Comissão sobre prêmios emitidos</b>	<b>Variação de comissões diferidas</b>
Comissão sobre prêmios emitidos	(15.560)	(10.791)
Variação de comissões diferidas	5.681	740
<b>Total</b>	<b>(9.879)</b>	<b>(10.051)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>g) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>Despesas com cobrança</b>	<b>Despesas com análise de riscos (*)</b>
Despesas com cobrança	(15)	(6)
Despesas com análise de riscos (*)	(3.837)	(3.653)
Provisões cíveis	(351)	-
Outras receitas (despesas) com operações de seguros	(9)	(12)
Redução ao valor recuperável	(4)	(57)
<b>Total</b>	<b>(4.216)</b>	<b>(3.728)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>h) Resultado com resseguro</b>	<b>Receita com resseguro</b>	<b>Indenizações de sinistros</b>
Receita com resseguro	26.451	11.475
Indenizações de sinistros	531	490
Despesas com sinistros	1.807	2.590
Receitas com participações em lucros	557	41
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	29.346	14.596

	31/12/2024	31/12/2023
<b>i) Despesas administrativas</b>	<b>Despesas com pessoal próprio</b>	<b>Custo de aquisição</b>
Despesas com pessoal próprio	(77.983)	(60.496)
Despesas com serviços de terceiros	25.358	18.341
Despesas com localização e funcionamento	24.502	7.237
Despesas com publicidade e propaganda	(8.653)	(1.743)
Despesas com publicações	(2.415)	(1.411)
Despesas com donativos e contribuições	(5)	(6)
Outras despesas administrativas	2	(28)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(123)	(339)
<b>Total</b>	<b>(16.244)</b>	<b>(16.318)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>j) Despesas com tributos</b>	<b>COFINS</b>	<b>PIS/PASEP</b>
COFINS	(1.770)	(2.030)
PIS/PASEP	(316)	(344)
Taxa de fiscalização SUSEP	(551)	(477)
Contribuição sindical	(58)	(57)
Outros tributos	(344)	(193)
<b>Total</b>	<b>(3.039)</b>	<b>(3.101)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>k) Resultado financeiro</b>	<b>Receitas financeiras</b>	<b>Receitas com títulos de renda fixa públicos</b>
Receitas financeiras	4.437	5.126
Receitas com títulos de renda fixa públicos	1.838	1.765
Receitas financeiras com operações de seguros	1.012	461
Receita de oscilação cambial	137	96
Outras receitas financeiras	7.424	7.448

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas financeiras</b>	<b>Despesas financeiras com seguros</b>	<b>Despesa de oscilação cambial</b>
Despesas financeiras com seguros	(2.092)	(1.442)
Despesa de oscilação cambial	(282)	(475)
Outras despesas financeiras	(147)	(320)
<b>Total</b>	<b>(2.521)</b>	<b>(2.237)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>20. Despesas de imposto de renda e contribuição social:</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
IRPJ	(1.455)	(1.455)
CSLL	(5.348)	(5.348)
<b>Total</b>	<b>(6.803)</b>	<b>(6.803)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Outras adições/exclusões</b>
Equivalência patrimonial	(1.814)	(2.211)
Outras adições/exclusões	115	148
<b>Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(3.154)</b>	<b>(3.285)</b>
<b>Compensação de prej. fiscal e base negativa</b>	<b>(986)</b>	<b>(986)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(3.154)</b>	<b>(3.285)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo/passivo</b>	<b>Ativo/passivo</b>	<b>Receita/despesa</b>
Aliquota 15%	-	(345)
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 240 mil)	-	(206)
Tributos calculados pelas alíquotas oficiais	-	(551)
<b>Total</b>	<b>(601)</b>	<b>(1.102)</b>

A Seguradora em 31 de dezembro de 2024 possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, não registrados em seu balanço patrimonial, no valor de R\$ 38.202 (R\$ 35.048 em 2023) de prejuízos fiscais e de R\$ 39.954 (R\$ 36.800 em 2023) de bases negativas. A Seguradora até 31 de dezembro de 2024 não possuía estudo técnico elaborado demonstrando a probabilidade de ocorrência de lucros tributáveis futuros que permita o reconhecimento e realização dos mesmos, conforme estabelecido na Circular SUSEP 648/2021.

**21. Partes relacionadas:** A Administração considera como partes relacionadas às operações com CECSEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - "Cesce Serviços", seus diretores e serviços compartilhados com a CIAC (Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito) em sua maior parte de pessoal e sistemas. A Seguradora compartilha com a sua controlada "Cesce Serviços" parte da estrutura operacional e administrativa, as despesas desse compartilhamento são originadas de acordo com critérios de rateio estabelecidos pela Administração. Adicionalmente a "Cesce Serviços" presta serviços de análise de crédito e monitoramento aos seus clientes. As principais transações envolvendo partes relacionadas na Seguradora estão descritas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo/passivo</b>	<b>Ativo/passivo</b>	<b>Receita/despesa</b>
CESEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. (nota 12)	(1.746)	(570)
CESEBRASIL Serviços e Gestão de Riscos Ltda. - Dividendos a Receber (nota 9)	1.812	2.209
CIAC - Consórcio Internacional de Aseguradores de Crédito	-	(1.697)
Compañía Española de Seguros de Crédito a La Exportación, SA. (*)	(3.330)	(2.484)
Munich RE (**)	(9.244)	(9.591)
<b>Total</b>	<b>(12.508)</b>	<b>(7.952)</b>

(\*) Acionista Indireta, possuidora de 63,12% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos).

(\*\*) Acionista Indireta, possuidora de 15,04% da CIAC (controladora da Seguradora). As transações envolvem operações de resseguros (com base nos prêmios diretos, líquidos da cessão de resseguro e da recuperação das comissões de resseguro, movimentos de sinistros e ressarcimentos recebidos).

**i. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** ii. Conforme CPC 33 "Benefícios a empregados", os benefícios de curto prazo providos às pessoas-chaves da Administração foi de R\$ 2.591 em 2024 (R\$ 2.217 em 2023), que incluem proventos, encargos sociais, gratificações (PLR e bônus) e demais benefícios. A Seguradora não patrocina planos de previdência complementar e não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **22. Política de participação nos resultados:** A Seguradora não possui uma política interna para o programa de participação nos lucros ou resultado de que trata a Lei nº 10.101/2000, e utiliza a regra conforme estabelecida na Convenção Coletiva de Trabalho específica sobre Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização em 2024, do Sindicato dos Secretários do Estado de São Paulo, cuja despesa é contabilizada na rubrica do resultado - Participações sobre o resultado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO	CONTADOR
Manuel Fernando Antunes Alves - Presidente Jaime de Miguel Muñoz - Vice-Presidente Rafael García Sanz - Conselheiro Alejandro Cabrera Roldan - Conselheiro	Cristina Rocco Salazar - Diretora-Presidente Mario Yokoo Eguti - Diretor Renata Schimmelpfeng Lage - Diretora	Ricardo César Pessoa MIBA 1076	Mario Yokoo Eguti CRC 1SP253570/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da CECSEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da CECSEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste parecer, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados

nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da CECSEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da CECSEBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2025.  
Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841



**Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda.**

CIBA 0087  
CNPJ 06.114.280/0001-45  
Rua General Câmara nº 236, Conj. 601  
Porto Alegre - RS

	31/12/2024
<b>1. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</b>	<b>8.100</b>
Capital-Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	7.553
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo entre a e b)</b>	<b>8.100</b>
<b>2. Demonstrativo das provisões técnicas e ativos redutores auditados</b>	<b>121.929</b>
Provisões técnicas (c)	121.929
Ativos redutores (d)	98.232
<b>Total a ser coberto (c - d)</b>	<b>23.697</b>
<b>3. Demonstrativo dos indicadores de Solvência Regulatória</b>	<b>27.230</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 1	-
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 2	-
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA nível 3	-
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA total (e)	27.230
Exigência de Capital (CMR) (f)	8.100
<b>Suficiência/(Insuficiência) do PLA (e - f)</b>	<b>19.130</b>
Ativos Garantidores (g)	40.739
Total a ser Coberto (h)	23.697
<b>Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (g - h)</b>	<b>17.042</b>
<b>4. Ativos de resseguro totais e créditos com resseguradores (não redutores)</b>	<b>77.408</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>77.408</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>3.269</b>
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção</b>	<b>1</b>

-★ continuação

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CESCERBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITO S.A.

**Aos Conselheiros e Diretores da CESCERBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. - São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESCERBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. (Seguradora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESCERBRASIL Seguros de Garantias e Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras individuais. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras individuais: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras individuais com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras individuais são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras individuais. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como

um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras individuais como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras individuais como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

Érika Carvalho Ramos  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

[agro.estadao.com.br](http://agro.estadao.com.br)

agro  
ESTADÃO

## PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agronegócio no Brasil sob uma nova perspectiva, com a credibilidade do Grupo Estado



Uma parceria:

ESTADÃO 150

broadcast  
agro

PYXYS

Criação:

ESTADÃO  
BLUE STUDIO